

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

O LUGAR DAS RELAÇÕES RACIAIS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

MARIA EDUARDA SOUSA DOS SANTOS ¹

ANA LOLE ²

RESUMO:

Este artigo pretende discutir a invisibilidade das relações raciais na formação profissional do Serviço Social brasileiro compreendendo a intrínseca relação entre raça, racismo e questão social no país. A análise da formação social do Brasil revela que as relações raciais são elementos centrais na configuração da questão social brasileira.

Palavras-chave:

Raça. Racismo. Questão social. Formação profissional. Serviço Social.

ABSTRACT:

This article aims to discuss the invisibility of racial relations in professional training in Brazilian Social Services, understanding the intrinsic relationship between race, racism and social issues in the country. The analysis of Brazil's social formation reveals that racial relations are central elements in the configuration of the Brazilian social issue.

Keywords:

Race. Racism. Social issues. Professional training. Social Work.

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

² Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

O presente artigo é produto da pesquisa que está sendo realizada no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), e é também vinculado ao projeto de Iniciação Científica intitulado “História do Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro”.

Neste artigo temos o objetivo de refletir sobre a invisibilidade das relações raciais na formação profissional do Serviço Social brasileiro a partir da constatação de que existe uma relação intrínseca entre raça, racismo e questão social no Brasil, uma vez que a historicidade da formação social do país revela os determinantes raciais que fundamentam o funcionamento da sociedade brasileira. Isso faz com que as relações raciais estejam também imbricadas nos processos de configuração e manifestação da questão social no país. Os determinantes raciais da questão social são demonstrados através do fato da população negra compor o grupo social mais atingido pelas expressões da questão social e, conseqüentemente, constituir o público majoritário do Serviço Social nos diversos espaços socio-ocupacionais em que a profissão atua no país.

Conforme apontam os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (IBGE, 2023), o Brasil é um país majoritariamente negro. As pessoas pretas e pardas compõem 56% da população total. Boa parte desse percentual sobrevive em situação de vulnerabilidade ou miserabilidade social, compondo a maioria pobre, desempregada, trabalhando na informalidade, encarcerada ou assassinada, dentre outros indicadores sociais que apontam as péssimas condições materiais de vida sob as quais está inserida essa população.

Estamos diante de uma realidade social que é essencial e historicamente estratificada racialmente, movida pela hierarquização entre negros e brancos. Entretanto, conforme observado nas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS (ABEPSS, 1996), a formação de assistentes sociais não abrange o estudo das relações raciais enquanto aspectos fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira e da questão social, apesar da profissão assumir em sua dimensão teórico-crítica o compromisso com a apreensão do funcionamento da sociedade em uma perspectiva de totalidade e com base no materialismo histórico-dialético da tradição marxista.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Diante da realidade de discriminação racial que caracteriza o Brasil, ao não inserir o debate racial na formação profissional dos assistentes sociais, o Serviço Social compromete a qualidade da atuação profissional e dos serviços prestados à população público-alvo dos seus serviços, que é majoritariamente negra em ambos os casos. O que inviabiliza o cumprimento com alguns dos principais princípios que compõem o projeto ético-político da profissão.

Para explicar como as relações sociais foram organizadas através da raça e do racismo no Brasil, serão apresentados alguns dos principais aspectos que caracterizam a formação social do país com base, sobretudo, na literatura especializada que estuda a formação social brasileira do ponto de vista negro. Situiremos brevemente o processo de construção do país nos marcos da colonização e dos períodos escravocrata e pós-abolicionista, a fim de compreendermos o processo de marginalização da população negra. Em seguida, apresentamos os pressupostos básicos da formação profissional em Serviço Social e em que medida há a invisibilidade das relações raciais na curricularização.

O artigo está dividido em duas seções sendo a primeira, intitulada “Raça, racismo e questão social no Brasil”, reservada para discutir a relação entre estas categorias; e a segunda “A invisibilidade das relações raciais na formação profissional do Serviço Social brasileira”, para discutir a necessidade de racializar e enegrecer a formação e o trabalho profissional do Serviço Social.

Pretendemos ressaltar a centralidade das categorias raça e racismo para o Serviço Social e conseqüentemente a necessidade de inserir o debate racial na formação profissional. Enquanto categoria profissional, precisamos reconhecer a realidade da discriminação racial e assumir o compromisso com a luta antirracista no cotidiano, construindo subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas e ações afirmativas que promovam a justiça e equidade raciais e que contribuam assim para a garantia de direitos, humanidade e cidadania da população negra brasileira.

RAÇA, RACISMO E QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

A colonização e o período escravocrata que vigoraram no Brasil entre 1500 e 1888 são dois dos principais períodos que marcam a história de formação e desenvolvimento do país. Durante a vigência desses períodos as populações negra e indígena foram postas na condição de escravização. O principal argumento para a prática de escravização desses grupos era a lógica de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

hierarquização das raças, na qual negros e indígenas eram considerados raça inferior em comparação ao branco europeu, tido como a única referência de humanidade, civilização e pureza.

Neste sentido, a raça é compreendida como uma construção social utilizada ideologicamente para atender a interesses dominantes. Conforme Guimarães (1999), a raça é utilizada como instrumento de classificação e divisão social dos indivíduos, baseada na atribuição de privilégios para certos grupos em detrimento de outros. O produto direto dessa dinâmica é o racismo, que configura o sistema de relações e de poder através do qual a hierarquização das raças é operacionalizada, socialmente naturalizada e subjetivamente internalizada.

Durante a vigência do sistema escravocrata no Brasil, os grupos de pessoas considerados inferiores eram sistematicamente alijados da condição de ser humano e submetidos às mais perversas formas de objetificação, exploração e violência. Em contraposição, os grupos de pessoas pertencentes à raça considerada pura e superior beneficiavam-se da dominação, opressão e exploração daqueles que eram subjugados. Por estas razões, Carneiro (2023, p. 20) afirma que “raça é um dos elementos estruturais de sociedades multirraciais de origem colonial” como é o caso do Brasil.

Com a assinatura da Lei Áurea em 1888 e a abolição da escravidão, havia expectativa da libertação das populações escravizadas. No entanto, na prática, na vida cotidiana das pessoas negras escravizadas, a realidade foi a de continuação das relações de exploração e dos mecanismos e práticas de dominação, opressão e subjugação. Isso porque a sustentação jurídico-legal da Lei Áurea não pretendia, como não o fez, eliminar o ideário racista de hierarquização das raças, tampouco romper com a premissa de inferiorização e desumanização da população negra que já estava naturalizada no imaginário social, garantindo assim a manutenção da discriminação racial e do sistema de privilégios da branquitude¹:

Não passava, a liberdade sob tais condições, de pura e simples forma de legalizado assassinio coletivo. As classes dirigentes e autoridades públicas praticavam a libertação dos escravos idosos, dos inválidos e dos enfermos incuráveis, sem lhes conceder qualquer recurso, apoio, ou meio subsistência. *Em 1888 se repetiria o mesmo ato “liberador” que a História do Brasil registra com o nome de Abolição ou de Lei Áurea, aquilo que não passou de um assassinato em massa, ou seja, a multiplicação do crime, em menor escala, dos africanos livres* (Nascimento, 1978, p.65).

¹ Em Bento (2002), inclusive, vemos a importância de considerarmos a escravidão não só como um sistema de produção da morte e miserabilidade das pessoas negras, mas também como um sistema que, ao mesmo tempo, produziu um amplo sistema de privilégios materiais e simbólico para as pessoas brancas.

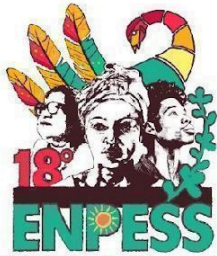
Com a suposta superação do regime de trabalho escravo, ao invés de ser inserida no emergente regime de trabalho livre, a população negra sofreu com um sistemático processo de marginalização, sendo novamente apartada das possibilidades de vida no país. Isso porque, além de não desenvolver e implementar políticas públicas de inserção social para a população negra, como forma de reparação dos danos causados pela escravização, o Estado brasileiro tratou de promover a segregação racial da sociedade brasileira através das políticas de imigração europeia que pretendiam embranquecer a sociedade brasileira e concretizar o projeto de eliminação dos negros do país.

A força de trabalho da população negra, por ser considerada inferior, não era tida como apta à realização das atividades de trabalho sob o novo regime de trabalho que se iniciava na sociedade brasileira. O mesmo argumento sustentou as práticas de embranquecimento que são observadas durante a década de 1930, durante o governo Vargas, período em que também se vislumbrava o desenvolvimento do país e entendia-se que para atingir esse objetivo era necessário a eliminação do negro (Gonçalves, 2018).

Através das práticas históricas de segregação e discriminação entre os grupos raciais que compõem o Brasil, evidencia-se que, no cerne das relações sociais estabelecidas desde os primórdios da formação social brasileira, a ideologia do racismo estava posta como o principal instrumento de organização da vida social. A discriminação racial se torna então a ser o motor da nossa sociedade e faz com que realidade da população negra no Brasil seja historicamente determinada pela inferiorização e consecutivas tentativas de eliminação, motivo pelo qual Nascimento (1978) afirma existir um histórico e contínuo processo de genocídio contra as pessoas negras no país.

Por estas razões Ianni (1989), afirma que a questão social no Brasil é um fenômeno atemporal, que esteve presente em todos os momentos da história nacional, desde a era colonial à republicana e, portanto, para ele sua emergência não data exclusivamente da década de 1930 e do estabelecimento do modo de produção capitalista:

A história da sociedade brasileira está permeada de situações nas quais um ou mais aspectos importantes da questão social estão presentes. Durante um século de repúblicas, compreendendo a oligárquica, populista, militar e nova, essa questão se apresenta como um elo básico da problemática nacional [...]. Reflete disparidades econômicas, políticas e culturais, envolvendo classes sociais, grupos raciais e formações regionais [...] (Ianni, 1989, p.145).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Neste aspecto, Ianni (1989) se diferencia da maioria dos intelectuais brasileiros que afirma a passagem para o trabalho livre como sendo a condição para o surgimento da questão social, uma vez que cria a relação entre capital e trabalho e as contradições emergentes desse processo na vida dos grupos que protagonizam esse modelo de produção que, no âmbito hegemônico do Serviço Social, se apresenta como o fundamento da questão social. Para Iamamoto (2000), por exemplo, a questão social constitui:

[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto, 2000, p. 23).

Nesta perspectiva, o período considerado como marco temporal de surgimento da questão social é a década de 1930, pois configura um período de decisivos investimentos estatais no desenvolvimento industrial nacional e que, por isso, impulsionou sobremaneira a consolidação do capitalismo no país (Santos, 2012). Logo, a década de 1930 estabeleceu as bases necessárias para a emergência da questão social de acordo com que é compreendido pelo Serviço Social brasileiro, ou seja, principalmente através da produção de conflitos sociais que se expressam concretamente por meio “desigualdades sociais – de classes – em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente etc.” (Iamamoto, 2000, p.113).

Considerando a realidade da segregação racial que existe na sociedade brasileira, é necessário apontar que no bojo das disputas sociais que dão base para o surgimento da questão social no país está presente o conflito racial que nos caracteriza enquanto sociedade. Como afirma Costa (2023), resta evidente que as disputas que marcaram a conjuntura social da década de 1930 e a consequente emergência da questão social eram conflitos racializados, protagonizados por brancos e negros, perpetuados desde o período escravista:

Ante aos conflitos racializados entre trabalhadores e patrões, o Estado agiu com violência, mas buscou também consensos. Se antecipou e se apresentou como representantes de todas as classes e raças. Tomou para si a “questão social”, no Brasil intrinsecamente racializada. E ao fazer isso, se encarregou de manter todas as hierarquias raciais e de classe (Costa, 2023, p.48).

Por isso, concordamos com as afirmações de Ianni (1989) e consideramos essencial reconhecer que a discriminação racial que historicamente caracteriza o Brasil é aspecto inerente à formação social do país e faz com que as relações raciais brasileiras estejam presentes na



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

configuração da questão social. Como ele afirma o conflito racial é característica histórica das relações sociais que se estabelecem na sociedade brasileira ao longo de sua trajetória de formação social:

É claro que durante a vigência do regime de trabalho escravo havia uma questão social. O escravo era expropriado do produto do seu trabalho e na sua pessoa. Sequer podia dispor de si. Era propriedade do outro, do senhor, que podia dispor dele como quisesse: declará-lo livre ou açotá-lo até a morte. [...] Não havia dúvidas sobre a situação relativa de um e outro, escravo e senhor, negro e branco. Não se abria qualquer possibilidade de negociação. A questão social estava posta de modo aberto, transparente (Ianni, 1989, p.146).

Neste sentido afirmamos ser necessário o reconhecimento dos fundamentos raciais da questão social brasileira. Uma vez que “a história da sociedade brasileira é também a história da exploração, dominação e opressão da população negra” (Eurico, 2017, p. 425), estamos diante de um modelo de sociedade que funciona através do racismo. Como consequência, observamos a população negra sendo historicamente relegada às piores condições de vida que os indicadores sociais apontam.

Os dados do IBGE (2023) informam que em 2022 a população negra compunha a maioria pobre e/ou miserável do país:

[...] pessoas pretas ou pardas representavam mais de 70% dos pobres e extremamente pobres. Essas diferenças também se mantiveram nas taxas de pobreza e extrema pobreza: 7,7% das pessoas de cor ou raça preta ou parda eram extremamente pobres em 2022 (contra 3,5% entre brancos) e 40,0% eram pobres (contra 21,0% de brancos). Entre as mulheres pretas ou pardas, esses percentuais foram ainda maiores, chegando a 8,0% de extremamente pobres e 41,3% de pobres. O arranjo domiciliar formado por mulheres pretas ou pardas responsáveis, sem cônjuge e com presença de filhos menores de 14 anos de idade também foi aquele que concentrou a maior incidência de pobreza: 22,6% dos moradores eram extremamente pobres e 72,2% eram pobres (IBGE, 2023, p. 75).

Quando analisados os demais indicadores sociais como as taxas de desemprego, o acesso à educação, saúde, trabalho, alimentação e moradia, vítimas da letalidade policial, encarceramento em massa, verificamos também a constância com que esses números atingem a população negra. Isso nos indica que as pessoas negras são as maiores vítimas das expressões da questão social no Brasil. Por essas razões, evidencia-se a necessidade de inserir de forma central na formação do Serviço Social a constatação de que existe uma relação intrínseca entre raça, racismo e questão social no país, tornando fundamental a necessidade de enegrecer os currículos acadêmicos e as práticas profissionais.

A INVISIBILIDADE DAS RELAÇÕES RACIAIS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRA

O Serviço Social brasileiro é uma profissão altamente política e pautada pela defesa dos direitos humanos e pelo compromisso com os direitos das pessoas marginalizadas e oprimidas no país. Esse posicionamento mantém-se hegemônico no seio da categoria desde a ruptura com o tradicionalismo acrítico que fundamentava a apreensão teórica e a atuação do Serviço Social até o Movimento de Reconceituação da profissão, que ocorreu entre as décadas de 1960 e 1990. A virada histórica que o conjunto dos assistentes sociais articulou e mobilizou neste período culminou na construção de um projeto ético-político que, ao contrário do cenário anterior, é expressamente crítico, pois ancora-se na teoria marxista, e é fundamentado na defesa de direitos.

O processo de materialização da nova perspectiva profissional evidencia-se na revisão crítica do Código de Ética profissional em 1993, e na Lei de Regulamentação da Profissão nº 8662 publicada em 1993, dois instrumentos normativos-legais que representam o posicionamento que o Serviço Social passou a assumir na defesa dos direitos sociais e políticos da classe trabalhadora e em oposição à sociabilidade capitalista. Entre os princípios fundamentais que compõem o Código de Ética dos assistentes sociais, destaca-se o reconhecimento da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; a ampliação e consolidação da cidadania; o posicionamento em favor da equidade e justiça social; a eliminação de todas as formas de opressão, discriminação e exploração; a superação do modo de produção capitalista e construção de uma nova sociabilidade.

A incidência política vivenciada pelo Serviço Social durante a década de 1990 também possibilitou a construção de novos parâmetros para a formação profissional. Em 1996 foram aprovadas as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, já sob a nova direção social e ético-política da profissão. O currículo mínimo da graduação atualmente conta com três núcleos formativos: 1) Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2) Núcleo de fundamentos da particularidade da formação socio-histórica da sociedade brasileira; e 3) Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Observamos a preocupação da categoria em formar profissionais capacitados para apreender como se dá historicamente o funcionamento da sociedade brasileira e quais são os aspectos determinantes para o surgimento e desenvolvimento da questão social e da própria profissão, seu processo de trabalho, público-alvo, objeto de intervenção e significado



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

socio-histórico, uma vez que a “investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira” permitem a apreensão das “particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país” (ABEPSS, 1996, p.25).

Apesar disso, é paradoxal verificar a ausência de elementos que fazem referência aos estudos sobre raça e racismo, ou à análise do período escravocrata e o pós-abolicionista como períodos históricos que determinam o processo de construção da sociedade brasileira. A não inserção das categorias de raça e racismo nos núcleos da formação profissional estabelecidos pela ABEPSS (1996), assim como o não reconhecimento do período escravocrata como parte dos fundamentos da formação social do Brasil ou enquanto eixos temáticos centrais para a compreensão crítica e totalitária de assistentes sociais a respeito do surgimento e das expressões da questão social no Brasil. Isso nos revela o lugar de invisibilidade que permanece destinado as relações raciais na formação profissional do Serviço Social brasileiro.

No projeto ético-político da categoria, é declarada a escolha da profissão pela defesa de determinado segmento da sociedade que, como vimos, é a classe trabalhadora. De acordo com o IBGE (2023), essa classe possui cor e raça: 54,2% da força de trabalho ocupada no Brasil é composta por pessoas pretas e pardas. Concomitantemente, compõem também a maioria desempregada. As evidências estatísticas nos revelam que vivemos em uma sociedade estratificada racialmente, na qual a população negra é vítima de um histórico e sistemático processo de marginalização.

Estamos diante de “uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos” Almeida (2019, p.31). Por isso a necessidade de compreender a lógica da hierarquização das raças e o funcionamento do racismo na sociedade brasileira, que é manifesto em todas as áreas da vida:

[...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coibam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas (Almeida, 2019, p.33).

Sobretudo no âmbito do Serviço Social é fundamental compreender que as relações raciais brasileiras são aspectos determinantes para o funcionamento da nossa sociedade. Na medida em que existe “existem alguns mecanismos para selecionar as pessoas que irão preencher os espaços” subalternizados da sociedade e que este critério é a raça, “fazendo com que as pessoas negras sejam relegadas aos lugares mais baixos da hierarquia, através da discriminação” (Nascimento, 2006, p. 104.), há a necessidade de racializar ou enegrecer a compreensão do Serviço Social acerca da questão social e da relação entre capital e trabalho.

Conforme afirma Carneiro (2023), é fundamental reconhecer a categoria de raça como instrumento de organização da vida social do país e não centralizar somente a categoria de classe social:

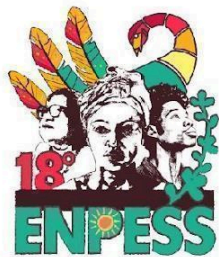
A noção de apartheid social e a supremacia do conceito de classe social defendidos pelos pensadores de esquerda, herdeiros do materialismo histórico-dialético, não alcançam – ao contrário, invisibilizam ou mascaram – a contradição racial presente nas sociedades multirraciais, visto que nelas raça/cor/etnia (em especial no Brasil) são variáveis que impactam a própria estrutura de classes [...] (Carneiro, 2023, p. 20-21).

Sem compreender que a estrutura de classe no país possui fundamentos raciais (Carneiro, 2023), é possível afirmar o risco de formar profissionais com baixo arcabouço teórico-crítico para compreender a dimensão da discriminação racial na vida dos usuários do Serviço Social e os impactos do racismo na manutenção da ordem social do capital, inviabilizando o compromisso ético-político com a materialização de alguns dos objetivos profissionais, como a emancipação dos indivíduos e garantias de direitos da população racialmente discriminada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise da história da formação e desenvolvimento do Brasil, vimos o quanto as formas de organização social e os tipos de relações estabelecidas no país foram e permanecem a ser gestadas pelo racismo. Desde a era colonial/escravista até os dias atuais, o funcionamento da sociedade brasileira se dá através da hierarquização entre negros e brancos que culmina na avassaladora marginalização da população negra.

O reconhecimento de que existe um conflito racial que organiza as relações sociais no país em todas as dimensões da vida, revela a necessidade de pensar o combate ao racismo na sua dimensão estrutural e institucional, superando a concepção meramente individual/comportamental que se limita a lidar apenas com a esfera das relações interpessoais entre os sujeitos. Uma vez



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que o racismo é intrínseco ao funcionamento da sociedade, ele faz parte de uma dinâmica que é estrutural e sistêmica, não podendo ser solucionada através de alterações individuais e comportamentais.

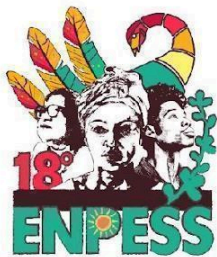
Requer tanto a superação das consequências materiais da discriminação, como o rompimento com a ideologia do racismo que imputa à população negra o estigma da inferioridade e pertença subumana que legitimam e naturalizam a sua discriminação. Trata-se de um amplo e radical processo de descolonização da sociedade nos âmbitos objetivos e subjetivos.

Para o Serviço Social brasileiro resta evidente que reconhecer a centralidade das categorias de raça e racismo é uma demanda urgente, considerando o significado socio-histórico da profissão, o seu objetivo de intervenção e o público usuário atendido, além dos compromissos éticos-políticos assumidos pela categoria. Como vimos, a população negra é a maior vítima das principais expressões da questão social no Brasil, constituindo, por isso, o público majoritário das políticas sociais e dos serviços prestados pelos assistentes sociais inseridos nas políticas públicas, conseqüentemente.

A formação profissional de assistentes sociais não deve se limitar à análise das relações sociais majoritariamente a partir da categoria de classe social, sem ater-se da mesma forma aos determinantes raciais da mesma sociedade. Entendemos que desta forma a formação que não abrange a totalidade da realidade social brasileira impõe limites à atuação profissional dos assistentes sociais na perspectiva emancipatória da classe trabalhadora que é composta em sua maioria por trabalhadores negros.

É com a população negra que os assistentes sociais costumam trabalhar no cotidiano do exercício profissional nos variados espaços socio-ocupacionais em que a profissão se insere, o que torna evidente a necessidade de reconhecer o racismo enquanto elemento estruturante da questão social e da sociedade brasileira. Isso possibilita a identificação dos impactos da discriminação racial nas condições materiais de vida da população usuária e permite a realização da intervenção profissional com qualidade e compromisso ético-político, conforme determina a direção social da profissão.

Com o reconhecimento de que existe uma relação intrínseca entre raça, racismo e questão social no Brasil, os assistentes sociais terão capacidade e subsídios teóricos para pensar e operacionalizar instrumentos que permitem aos a identificação dos determinantes raciais da desigualdade social, a apreensão ontológica do ser social do ponto de vista da raça e a possibilidade de construção de práticas e políticas verdadeiramente antirracistas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais sob coordenação de Djamilia Ribeiro)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social** (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.). Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 26 jul. 2024.

BENTO, Cida. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: BENTO, Cida; CARONE, Iray (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-58. Disponível em: <https://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 1ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

COSTA, Gracyelle. Uma nação para o Brasil: a eugenia na origem da política social. *In*: DUARTE, Marco José de Oliveira; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de (org.). **Raça, gênero & sexualidade: perspectivas contemporâneas no serviço social**. Curitiba: CRV, 2023.

EURICO, Márcia C. Da Escravidão ao Trabalho Livre: contribuições para o trabalho do assistente social. **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 41, p. 414-427, jul./dez. 2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14947. Acesso em: 19 jun. 2024.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxfrRWwjtFN/>. Acesso em: 19 jun. 2024.

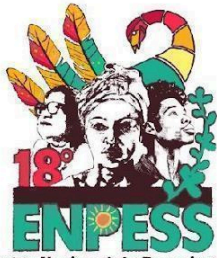
GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. 34. ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IANNI, Octávio. A questão social. **Revista USP**, São Paulo, n. 3, 1989. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/25490>. Acesso em: 19 jun. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2023**. Rio de Janeiro: IBGE,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2024.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão social**: particularidades no Brasil. Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 6. São Paulo: Cortez, 2012.